



122

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

HABEAS CORPUS: N.º 212.423-8 – Abreu e Lima (1ª Vara Criminal)  
IMPETRANTE: Adv. Alex Ricardo José de Souza e outro  
PACIENTE: LAMARTINE ALMEIDA DA SILVA  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

5729

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS PREVENTIVO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. RÉU FORAGIDO. DECRETO PRISIONAL PLENAMENTE FUNDAMENTADO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1 – Estão presentes os requisitos para a prisão preventiva e a decisão acostada apresenta fundamentação suficiente para sustentar a segregação cautelar do paciente.

2 – O paciente praticou crime hediondo e encontra-se foragido, não sendo sequer interrogado pela autoridade policial.

3 - A evasão do distrito da culpa, por si só, é motivo suficiente para a decretação da prisão do acusado, ainda que o mesmo apresente condições pessoais favoráveis. Precedentes do STJ.

4- Ordem denegada. Decisão unânime.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0212.423-8, em que figuram, como impetrantes, o Advogado Alex Ricardo José de Souza e outro, como paciente, LAMARTINE ALMEIDA DA SILVA, e como autoridade impetrada, o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Abreu e Lima, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

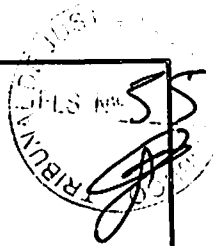
Recife, 26 de 05 de 2010.

  
Des. Mauro Alencar de Barros  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

123



HABEAS CORPUS: N.º 212.423-8 – Abreu e Lima (1ª Vara Criminal)  
IMPETRANTE: Adv. Alex Ricardo José de Souza e outro  
PACIENTE: LAMARTINE ALMEIDA DA SILVA  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

## RELATÓRIO

Cuida-se de *habeas corpus* preventivo impetrado pelo Advogado Alex Ricardo José de Souza e pelo Estagiário Josenildo José de Souza, em favor de LAMARTINE ALMEIDA DA SILVA, no qual aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Abreu e Lima, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a concessão de salvo-conduto para evitar a concretização da ameaça ao direito de locomoção do paciente.

Aponta que o paciente está sendo acusado de ter praticado o crime previsto no art. 121, §2º, II e IV do CP, sendo-lhe decretada a prisão preventiva.

Sustenta que está sob ameaça o direito de locomoção do paciente, bem como que não estão presentes os requisitos da prisão preventiva, pois o paciente em nenhum momento ameaçou a ordem pública, não infringiu a ordem econômica, nem está interferindo na instrução criminal, não havendo ameaças a testemunhas.

Por fim, afirma que o paciente pretende comparecer em juízo para esclarecer a verdade dos fatos.

Acostou com a inicial os documentos de fls. 06/16.



124

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

56

Em decisão interlocutória, foi negado o pedido de liminar, conforme se vê das fls. 23/24.

Informações da autoridade dita coatora prestadas às fls. 31/32, acostando o documento de fl. 33.

A Procuradoria de Justiça, através do Parecer acostado às fls. 38/43, opina pela denegação da ordem.

É o Relatório.

#### VOTO DO RELATOR

---

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador,

Requer, o impetrante, a concessão da ordem para a obtenção do salvo-conduto em favor do paciente, sob a alegação de que não há fundamento para o decreto de prisão preventiva.

Inicialmente observo que o réu foi denunciado por ter, juntamente com os acusados Sérgio Melo Dantas e Ismael Pereira da Costa e Silva, assassinado a vítima Carlos Martins da Cunha, sendo-lhe imputada a conduta descrita no art. 121, 2º, I e IV do CP.

Conforme se vê do decreto de prisão preventiva, estão comprovadas a materialidade, pelo laudo de perícia tanatoscópica e exame do local do homicídio, existindo indícios suficientes de autoria, uma vez que várias pessoas reconheceram o veículo utilizado no crime, uma Marajó bege, pertencente ao paciente, que é conhecido pelo apelido de "Carioca".

Ainda, consta da denúncia que o crime foi presenciado por populares, segundo os quais a vítima caiu do veículo do paciente, sendo morta em seguida pelos ocupantes do automóvel. O mencionado veículo foi

17



apreendido no local e reconhecido pela esposa do paciente como pertencente a este.

Segundo informações enviadas pela autoridade impetrada, bem como extraídas da denúncia, o crime teria sido praticado por conta de um empréstimo no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) que a vítima fez junto ao paciente, não tendo aquela honrado com o pagamento da dívida.

De outro lado, informou, ainda, a peça acusatória que apenas o denunciado Sérgio foi interrogado nos autos, encontrando-se os demais em local incerto e não sabido.

Analizando os autos, verifico que estão presentes os requisitos para a prisão preventiva, bem como que a decisão acostada apresenta fundamentação suficiente para sustentar a segregação cautelar do paciente.

A autoridade impetrada esclareceu na decisão que o paciente praticou crime hediondo e encontra-se foragido, sendo necessária a prisão para a garantia da ordem pública e futura aplicação da lei penal.

Sendo assim, não há o que ser questionado na decisão que decretou a prisão do paciente, devendo a mesma ser mantida.

Como se sabe, o STJ tem entendido que a evasão do distrito da culpa, por si só, é motivo suficiente para a decretação da prisão do acusado, ainda que o mesmo apresente condições pessoais favoráveis, conforme se observa do julgado abaixo:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA FUGA DO ACUSADO DO DISTRITO DA CULPA. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. 1. O decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado, porquanto, além de demonstrar a necessidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, ressaltou ter o réu se evadido do distrito da culpa, o que é, segundo entendimento pacífico desta Corte, causa suficiente, por si só, para justificar a imposição da medida constritiva, como forma de garantia do cumprimento da lei penal. 2. A primariedade e os bons antecedentes do acusado não têm, por si só, o condão de revogar a segregação provisória, se a necessidade da prisão processual é recomendada por outros elementos dos autos. 3. Precedente do Superior do Tribunal de Justiça. 4. Recurso desprovido."



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

126

58

(RHC 19.639/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24.10.2006, DJ 20.11.2006 p. 342) (grifos nossos)

Desta forma, estando presentes os requisitos da prisão preventiva, não há qualquer constrangimento ilegal a ser reconhecido.

Sendo assim, em consonância com o Parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

Recife, 26 de maio de 2010.

Des. Mauro Alencar de Barros  
Relator